



書名: Título:	《紀律懲處法教程》 Manual de Direito Disciplinar
出版語言: Edição:	葡文 Portuguesa
作者: Autor:	Manuel Leal Henriques
出版: Editor:	法律及司法培訓中心 Centro de Formação Jurídica e Judiciária
封面: Capa:	印務局 Imprensa Oficial
排版及印刷: Composição e impressão:	印務局 Imprensa Oficial
發行量: Tiragem:	500 本 500 exemplares
出版日期: Data de edição:	2005 年 5 月 Maio de 2005
國際書號: ISBN:	99937-828-1-5

NOTA PRÉVIA

No âmbito das actividades do Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Macau, e na linha que vem sendo seguida no tocante à preparação e publicação de textos de diferentes áreas, deu-se agora por concluído este Manual de Formação que se reporta ao Direito Disciplinar na RAEM e cobrindo o universo de trabalhadores que mantêm com a Administração uma relação de emprego público.

Tendo por base um pequeno trabalho que sobre a matéria apresentei no Território em 1995 sob o título “*Guia Prático do Direito Disciplinar de Macau*”, e acompanhando os trabalhos preparatórios da 5.^a edição do meu “*Procedimento Disciplinar*” que sairá brevemente em Portugal, o texto que ora se publica vai ainda complementado com algumas referências a outras publicações, quer de âmbito local, quer externo, e com abundantes menções jurisprudenciais, tudo no sentido de proporcionar a quem tem que lidar com estas matérias o mais vasto apoio de consulta que ajude à resolução dos problemas que a profissão dia a dia nos coloca em sede disciplinar.

Oxalá se cumpram os objectivos com que foi pensado e escrito.

Macau, Dezembro de 2003
Leal – Henriques

ÍNDICE

PARTE I PARTE GERAL

CAPÍTULO I NOÇÕES PRELIMINARES

1. A disciplina e o direito disciplinar	3
1.1. Disciplina – Noção	3
1.2. Ideia de Direito Disciplinar	7
1.3. O Direito Disciplinar e os outros ordenamentos	13
1.4. O modelo disciplinar – Técnica adoptada	17
2. Hierarquia	20
3. Poder disciplinar	23

CAPÍTULO II DIREITO DISCIPLINAR NA RAEM

1. Diplomas reguladores	25
1.1. O ETAPM e os estatutos autónomos	25
1.2. Abrangência do ETAPM	26
2. Aplicação das leis disciplinares no tempo – O problema da retroactividade	32

2.1. A irretroactividade como regra	32
2.2. A retroactividade como excepção	34
3. Interpretação das leis disciplinares	35
3.1. Classificações ou espécies de interpretação	35
3.2. Limites à interpretação	38
4. Integração do direito disciplinar	40
4.1. Interpretação e integração.....	40
4.2. Regras de integração.....	42

CAPÍTULO III

A INFRACÇÃO DISCIPLINAR

1. A infracção disciplinar – Noção	45
2. Elementos da infracção disciplinar	47
2.1. Síntese	47
2.2. Sujeitos	47
2.3. Conduta.....	48
2.4. Ilicitude	49
2.5. Culpabilidade	59

CAPÍTULO IV

RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR

1. Caracterização.....	61
1.1. Ideia geral	61

1.2. Características	62
1.3. A responsabilidade disciplinar no ordenamento da RAEM....	64
2. A responsabilidade disciplinar e as outras formas de responsabilidade	65
2.1. O princípio da dupla responsabilidade	65
2.2. Efeitos do princípio da dupla responsabilidade	68
2.3. A situação específica dos efeitos do caso julgado penal no âmbito disciplinar	73
3. Exclusão da responsabilidade	75
3.1. Síntese	75
3.2. Causas de exclusão da ilicitude	77
3.3. Causas de exclusão da culpa	81
3.4. Carácter exemplificativo das causas de exclusão da responsabilidade	83
4. Extinção da responsabilidade	83
4.1. Síntese	83
4.2. Prescrição do procedimento	84
4.3. Outras causas extintivas da responsabilidade	101

CAPÍTULO V

A CENSURA DISCIPLINAR

1. A censura disciplinar – Sua finalidade	105
2. Elenco das medidas disciplinares	108
3. Caracterização das medidas	110

4. Factos a que são aplicáveis	112
4.1. Técnica legislativa adoptada	112
4.2. Especificação	116
5. Efeitos das medidas	128
6. Competência para a sua aplicação	131
7. Medidas aplicáveis a aposentados	132
8. Aplicação concreta das medidas	134
8.1. Factores gerais de ponderação – Síntese	134
8.2. Enquadramento abstracto	134
8.3. Graduação da medida	135
8.3.1. Circunstâncias atenuantes	136
8.3.2. Circunstâncias agravantes	143
8.3.3. Culpa e personalidade do infractor	153
8.4. Síntese final	156
9. Suspensão das medidas	160
10. Prescrição das medidas	162

CAPÍTULO VI

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

(ESTÁTICA)

1. Procedimento e processo – Conceitos e diferenças	165
--	-----

2. Espécies de expedientes	167
3. Regimes aplicáveis.....	168
4. Princípios informadores	170
4.1. Síntese.....	170
4.2. Unidade processual.....	171
4.3. Maleabilidade investigatória e formal	172
4.4. Confidencialidade.....	173
4.5. Obrigatoriedade de processo	175
4.6. Hierarquização da competência.....	178
4.7. Carácter relativo das nulidades em geral	179
4.8. Rigidez de prazos.....	191
4.9. Isenção de custos	193
5. Influência do processo disciplinar na carreira do arguido	195

PARTE II
MARCHA DO PROCESSO

CAPÍTULO I
PROCESSO DISCIPLINAR COMUM

1. Apresentação e Enquadramento.....	199
2. Fases do processo: Elenco	201

3. Fase preliminar ou introdutória	202
3.1. Síntese	202
3.2. Apreensão do facto motivador	203
3.3. Despacho liminar	205
3.4. Nomeação do instrutor	211
4. Fase investigatória ou intermédia	220
4.1. Síntese	220
4.2. Medidas de protecção prévias	220
4.3. Investigação ou instrução preparatória	225
4.4. Apreciação final	235
5. Fase da defesa ou subsequente	239
5.1. Síntese	239
5.2. Transmissão da acusação	239
5.3. Preparação e apresentação da defesa	242
5.4. Produção de prova ou instrução contraditória	247
5.5. Apuramento dos resultados	252
6. Fase decisória ou final	254
6.1. Síntese	254
6.2. Decisão final propriamente dita	255
6.3. Diligências complementares	256
6.4. Notificação da decisão e produção de efeitos	257
7. Fase post-decisória ou eventual	260
7.1. Síntese	260
7.2. Reclamação	261
7.3. Recurso hierárquico	267
7.4. Revisão do processo disciplinar	273
7.5. Recurso contencioso	277

CAPÍTULO II

PROCESSOS DISCIPLINARES ESPECIAIS

1. Processo disciplinar por infracção directamente constatada	281
1.1. Noção	281
1.2. Regime jurídico	282
1.3. Valor probatório do auto de notícia.....	283
2. Processo por falta de assiduidade	285
2.1. Noção	285
2.2. Regime jurídico	286

CAPÍTULO III

PROCESSOS PRÉ-DISCIPLINARES

1. Enquadramento e instrumentalidade dos processos pré-disciplinares	291
2. Processo de inquérito	292
2.1. Noção	292
2.2. Regime jurídico	294
3. Processo de sindicância	298
3.1. Noção	298
3.2. Regime jurídico	300
4. Processo de averiguações	303
4.1. Noção	303
4.2. Regime jurídico	305

CAPÍTULO IV PROCESSO DE REABILITAÇÃO

1. O processo de reabilitação no contexto disciplinar comum da RAEM	307
1.1. Enquadramento	307
1.2. Noção	308
2. O regime jurídico do processo de reabilitação	310

PARTE III FORMULÁRIOS DIVERSOS

1. Rosto de auto	315
2. Verso do rosto de auto (autuação).....	316
3. Modelo de participação	317
4. Modelo de auto de notícia comum	318
5. Modelo de auto de notícia por falta de assiduidade.....	319
6. Conclusão para marcação de diligências	320
7. Auto de diligências	321
8. Despacho para realização de peritagem.....	322
9. Auto de exame pericial	323
10. Auto de acareação	324
11. Proposta de suspensão preventiva do arguido.....	325
12. Relatório para arquivamento em processo disciplinar	326
13. Acusação	327
14. Notificação da acusação ao arguido	329
15. Despacho a nomear curador ao arguido.....	331
16. Relatório final após acusação e defesa	332
17. Despachos de admissão de recurso hierárquico.....	334

18. Despacho de admissão de recurso contencioso	335
19. Pedido de publicação de anúncios em processo de sindicância	336
20. Modelo de relatório intercalar em processos de inquérito ou sindicância	337

PARTE IV
LEGISLAÇÃO

1. Estatuto Disciplinar da Função Pública (ETAPM)	341
2. Estatuto Disciplinar dos Magistrados	387
3. Estatuto Disciplinar das Forças de Segurança	403
4. Código do Procedimento Administrativo (gracioso)	479
5. Código de Processo Administrativo Contencioso	497
6. Avaliação de Desempenho (diplomas reguladores)	513